



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

23/08/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
1.2. VARA CRIMINAL.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CEMULHER.....	4
2.2. FALECIMENTO.....	5
2.3. JUÍZES.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	8 - 9
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COMARCAS.....	10
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	11 - 13
6.2. FALECIMENTO.....	14 - 15
6.3. VARA CRIMINAL.....	16 - 17

260 famílias do MST ocupam novamente área do Incra de Imperatriz

DANIELA SOUZA

Mais de 200 famílias ocuparam a área do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com o objetivo de impedir a desocupação do assentamento Cipó Cortado. As famílias estão nessa área cerca de 10 anos e cultivam, dentre outros alimentos, o feijão, arroz e abóbora, sendo estas uma das principais fontes de renda dos assentados.

Além das famílias do Cipó Cortado, fazem parte do acampamento moradores dos municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Senador La Rocque e Estreito. De acordo com um dos membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na última quarta-feira (15), as famílias foram para uma reunião marcada com o procurador do Incra e o ouvidor, representantes nacionais, além da presença de um juiz, com o objetivo de mediar a situação e impedir a reintegração de posse dos assentados.

“A discussão com o Incra

é para a criação de novos assentamentos porque teve áreas que foram solicitadas desde o início do ano. Alguns assentamentos têm mais de 10 anos; o Incra não consegue desenrolar essa situação de desapropriação das áreas, pois estão inoperantes. O caso mais dificultoso e mais específico, que motiva a maior parte do povo que está no acampamento, está relacionado a Cipó Cortado, próximo a Senador La Rocque que pega um pedaço de João Lisboa”, informa Reynaldo, membro do MST.

Segundo ele, Cipó Cortado já é um assentamento registrado desde 2013, foi criado o Projeto Assentamento (PA) e as famílias recebem benefício do Programa de Financiamento da Reforma Agrária (Pronaf) e que agora infelizmente estão com uma liminar de despejo com o prazo de 30 dias para desocupação da área.

“O problema disso é que Cipó Cortado já um assentamento consolidado. As famílias estão todas morando lá dentro e tem as divisões dos

lotes, com empreendimento, mas o juiz George Alberto de Araújo de Imperatriz deu uma sentença favorável aos “herdeiros” da área. O dito proprietário, que na prática é um grileiro, ele já faleceu, então é uma decisão muito ruim, a gente pode analisar até como criminosa e irresponsável, porque ela tende a levar a terra pra pessoas que nunca nem foram na área e nem sabem o rumo”.

Reynado Costa também explica que na manhã de terça (21) era para acontecer uma audiência com representantes nacionais do Incra. A reunião estava agendada com o procurador nacional do Incra, o ouvidor agrário nacional, responsável por ser mediador de conflitos e buscar soluções. Além dos representantes nacionais do Programa Terra Legal (órgão responsável para regularizar as áreas que estão ocupadas de forma irregular).

“Essa audiência até agora não desenrolou porque há uma informação de que essas pessoas eram pra vir e não compareceram. E provavelmente



Reprodução

Além das famílias do Cipó Cortado, fazem parte do acampamento moradores dos municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Senador La Rocque e Estreito.

te não comparecerão porque esta já é a segunda tentativa. Aqui tem mais de 200 famílias e soubemos ontem a noite da informação que o ouvidor e o juiz não iriam comparecer nesta terça. As famílias estão revoltadas. O clima é de chateação e revolta e a Polícia Federal está aqui no local junto com a gente. Neste momento alguns dirigentes do MST estão conversando com o Procurador do Ministério Público para tentar intermediar uma saída da situação”.

Reynaldo destaca que o assentamento Cipó Cortado

é uma área importante e referência em agricultura familiar na região por meio da produção de arroz, feijão, macaxeira e abóboras. “Esses alimentos as famílias comercializam. Em nome do MST posso afirmar que a decisão do juiz é lamentável, porque vai desalojar mais de 1500 pessoas, em torno de 260 famílias”.

O **Jornal Correio** tentou contato com funcionários do Incra, mas não obteve informações até o fechamento desta edição.



Reprodução

Na sentença, o magistrado disse não considerar boa a conduta social do condenado.

Condenado a 18 anos de reclusão homem que atirou em grávida, no Bairro de Fátima

Leandro Costa Fonseca, que já se encontrava preso, vai cumprir a pena em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas

O juiz titular da 4ª Vara do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que presidiu o julgamento nessa segunda-feira (20), negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade e determinou a execução da sentença porque o acusado possui uma condenação com trânsito em julgado e não tem emprego fixo, além de ser integrante de facção criminosa.

Leandro Costa Fonseca que já se encontrava preso vai cumprir a pena em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas. Danilo Costa Franco também foi denunciado pelo Ministério Público, mas foi absolvido pelos jurados. Atuou na acusação o promotor de justiça Gilberto Câmara Júnior. Os dois denunciados foram presos em flagrante no dia 06 de maio de 2015 e suas prisões convertidas em preventivas.

Na sentença, o magistrado disse não considerar boa a conduta social do condenado,

porque as vítimas e testemunhas declararam que, na época do crime, ele era integrante de facção criminosa que tirou o sossego daquela comunidade com os diversos confrontos e mortes, e nada de bom contribuiu para a sociedade, devendo ser considerado como pessoa nociva.

Os jurados, em relação à vítima Dinalice dos Santos, reconheceram a materialidade, a autoria, a intenção de matar e as qualificadoras do motivo torpe e do recurso que impossibilitou a defesa dessa vítima, e condenaram Leandro Costa. Em relação à vítima Jonathan Santos Campos, o Conselho de Sentença negou a materialidade; restando prejudicados os demais quesitos, sendo o réu absolvido.

Depois de quase quatro meses do crime de tentativa de homicídio, Dinalice dos Santos faleceu, durante o parto. O bebê também não sobreviveu. **(Imprimante)**

642 audiências sobre violência contra a mulher são agendadas

11ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa tem por objetivo divulgar a Lei Maria da Penha e reduzir o acervo processual nas unidades judiciais

Desde segunda-feira, 20, juízes de diversas comarcas do interior do estado e da capital participam da 11ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que acontece em todo o país até amanhã, 24. No Maranhão, onde a ação prossegue até o dia 31 deste mês, foram agendadas 642 audiências envolvendo processos de violência contra a mulher, entre audiências preliminares (73) e de instrução (569).

Além das audiências, também estão designadas seis sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri, de casos envolvendo crimes contra a vida de mulheres. Além de concentrar esforços para impulsionar e julgar os processos, os magistrados promovem ações multidisciplinares de enfrentamento à violência de gênero.

O programa Justiça pela Paz em Casa foi instituído nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo coordenado no Maranhão pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (Cemulher/TJMA), presidida pela desembargadora Ângela Salazar.

Na capital

Do total, 480 audiências acontecem em relação a processos que tramitam na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís, simultaneamente realizadas em seis salas. A unidade é competente para processar e julgar as ações penais relacionadas à Lei Maria da Penha, enquanto à 2ª Vara compete a análise dos pedidos de medidas protetivas de urgência.

A juíza titular da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, Rosária de Fátima Almeida Duarte, disse que o objetivo da Semana é, entre outros, divulgar a Lei Maria da Penha e reduzir o acervo processual nas unidades judiciais com competência para julgar processos referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além de audiências e prolação de sentenças pelas varas, a Cemulher também está desenvolvendo projetos e ações de prevenção à violência de gênero, realizando palestras em canteiros de obras, escolas e faculdades; e distribuindo a cartilha Maria da Penha e outros materiais educativos.

Processos

Atualmente, tramitam na 1ª Vara da Mulher em São Luís, 6.216 processos, sendo 3.669 ações penais e queixa-crimes, 1.704 inquéritos policiais, além de outros procedimentos. Em média são recebidos 118 novos inquéritos todo mês. De Janeiro a julho deste ano já foram 823.

Na 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar, a juíza Lúcia Helena Barros Heluy informa que o trabalho durante a Semana vai priorizar a análise e concessão de medidas protetivas de urgência, além do julgamento dos processos prontos.

A magistrada também promove atividade multidisciplinar, com o objetivo de esclarecer mais mulheres e incentivá-las a respeito das formas de proteção à violência doméstica. A 2ª Vara da Mulher atua com 1500 processos físicos e aproximadamente 3.500 eletrônicos. ●

OTONLIMA

Perda lamentável

A morte bárbara do sargento da PM Antonilson Póvoas, na última segunda, comoveu sobremaneira o Judiciário Maranhense. É que militar prestou segurança institucional para muitos magistrados. Entre os quais, o presidente do TRE, desembargador Ricardo Duailibe, que passou a privar do contato diário do policial desde que assumiu a Corte Eleitoral. Sargento Póvoas, aliás, era conhecido pelo temperamento comedido e trato cordial com todos. Realmente, uma grande perda!

Justiça obriga Estado a fornecer documento que garante verba a projeto

Instituto Cocais foi agraciado com patrocínio da Lei de Incentivo à Cultura e precisa receber o Certificado de Mérito Cultural, já garantido judicialmente

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O deputado estadual Alexandre Almeida, candidato do PSDB ao Senado, comemorou decisão judicial que deve garantir ao Instituto Cocais (Icoais) - entidade sem fins lucrativos de Timon que desenvolve o projeto "Aprendendo Música" - pelo menos R\$ 205 mil em patrocínios para as suas atividades.

A decisão é do juiz Weliton Souza Carvalho, da Vara de Fazenda Pública de Timon, e foi proferida na semana passada. Ele atendeu a um pedido de liminar do ICocais e obrigou a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (Sectur) a fornecer um certificado de mérito cultural para que a entidade possa captar recursos na iniciativa privada, por intermédio da



Divulgação

O Instituto Cocais tem atenção do deputado Alexandre Almeida

Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

O projeto já tinha os R\$ 205 mil aprovados desde agosto de 2017, mas a pasta não liberava o documento que autoriza o instituto a receber o valor da empresa patrocinadora. Por con-

ta disso, as aulas do projeto chegaram a ser paralisadas, conforme denúncia formulada nos autos do processo.

"Diante de todos os fatos apresentados e do iminente prejuízo que poderá sofrer o instituto autor, en-

tendo satisfeitos os pressupostos para o deferimento da tutela de urgência pretendida. A 'probabilidade do direito' encontra-se presente e confirmada pelos próprios dados e provas anexos nessa exordial, inclusive pela publicação da aprovação em Diário Oficial na data de 03 de agosto de 2017. O requisito do perigo de dano se apresenta bem delineado pelos dispositivos legais e o prejuízo causado ao ICocais, vez que o projeto encontra-se parado, apesar de já ter garantido o patrocínio do referido valor", destacou o magistrado em seu despacho.

Ao comentar a decisão, Alexandre Almeida, que apoia a iniciativa em Timon, disse que ele próprio chegou a solicitar da Sectur a liberação do documento, sem sucesso.

"O governo se negava a entregar um documento. Fui pessoalmente cobrar esse documento do secretário estadual de Cultura, e ele me disse que tinha ordens para não entregar", afirmou.

Para ele, "a justiça fez o seu papel".

"Apesar de ainda haver esse jeito de se fazer política, que leva muito mais em consideração partidos e políticos, do que os interesses das pessoas, nós temos motivos para comemorar", completou. ●

Bate **Rebate**

SENTENÇA



A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença do Juízo da Comarca de Esperantinópolis, que condenou o município de São Raimundo do Doca Bezerra a adotar, no prazo de 180 dias, as medidas legais, orçamentárias e administrativas exigidas pela legislação específica para implementar e executar projeto de tratamento e disposição de resíduos sólidos e líquidos. Fica ainda obrigado a apresentar o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e construir o aterro sanitário, observando-se o devido licenciamento ambiental.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 45/2018

Processo nº 13.384/2018

Objeto: Aquisição de equipamentos de armazenamento de dados (storage) para a Divisão de Informática do Fórum Des. Sarney Costado Tribunal de Justiça do Maranhão; Justificativa: Para readequação do Termo de Referência; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br Fone: (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 23 de agosto de 2018. Allyson Frank Gouveia Costa - Pregoeiro TJMA.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Processo nº 30.335/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais diversos; Abertura: 05/09/2018 às 10:00h (horário de Brasília); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 21 de agosto de 2018. André de Sousa Moreno - Pregoeiro do TJMA.

Mutirão DPVAT em Imperatriz deve julgar mais de 700 processos em uma semana

O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz, coordena, no período de 20 a 24 de agosto, um Mutirão de Audiências relacionadas a processos DPVAT que tramitam nas quatro varas cíveis da comarca. Até esta sexta-feira (23), serão impulsionados 728 processos com a participação de diversos juízes da unidade, e médicos que realizam perícia das partes com expedição imediata dos laudos. Os trabalhos são desenvolvidos em diversas salas do Fórum Henrique de La Rocque.

O esforço concentrado realizado por juízes e servidores promete reduzir o acervo de

processos DPVAT na comarca. "A parte autora do processo é submetida à perícia que está sendo realizada pelos médicos no Salão do Júri, e após a confecção do laudo, participa da audiência com o documento em mãos", informa o magistrado Adolfo Neto.

O laudo pericial é documento fundamental para a instrução processual em causas de Seguro DPVAT. Com base nas informações técnicas e objetivas, o juiz tem condições para intermediar um acordo entre as partes, ou mesmo jul-

gar a demanda durante a audiência.

Para o juiz José de Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível, o mutirão é a demonstração do esforço que o Judiciário em Imperatriz desenvolve para garantir celeridade na resolução de uma demanda tão importante e significativa para a sociedade. "Esse esforço do Judiciário e parceria com a empresa seguradora de DPVAT demonstram o compromisso e sensibilidade em resolver os processos em trâmite na comarca de Imperatriz", pontua o juiz. (Asscom - TJMA)



Divulgação

Fórum de Imperatriz realiza mutirão de processos de seguro DPVAT

Paraibano

Justiça determina medidas para sanar irregularidades em hospital público

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou, na última quinta-feira, 16, ao Município de Paraibano, que adote, no prazo de 60 dias, medidas para solucionar as irregularidades sanitárias no Hospital Dr. Pedro Neiva de Santana, garantindo condições mínimas de salubridade e higiene, além de disponibilizar medicamentos e profissionais para o atendimento adequado dos pacientes.

Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil, a ser paga pelo prefeito, José Hélio Pereira de Sousa, pela secretária municipal de Saúde e pela diretora do hospital.

As irregularidades foram atestadas em vistorias realizadas na unidade de saúde pelo Conselho Regional de

Enfermagem do Maranhão (Coren) e pela Vigilância Sanitária.

Nas inspeções, foram constatados problemas referentes às condições físicas, estruturais e higiênicas do estabelecimento, incluindo ambientes em desacordo com a legislação sanitária; falta de conservação de salas, equipamentos, materiais, mobiliários; instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias comprometidas.

Antes de ajuizar a ACP, em julho deste ano, o promotor de justiça Gustavo Pereira Silva cobrou, por diversas vezes, providências do Município para sanar as irregularidades, mas não obteve sucesso. A decisão é do juiz Caio Davi Medeiros Veras. O município de Paraibano fica localizado a 514 Km de São Luís.

Em uma semana Mutirão DPVAT em Imperatriz deve julgar mais de 700 processos

O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz, coordena no período de 20 a 24 de agosto, um Mutirão de Audiências relacionados a processos DPVAT que tramitam nas quatro varas cíveis da comarca. Até a próxima sexta-feira (23), serão impulsionados 728 processos com a participação de diversos juízes da unidade, e médicos que realizam perícia das partes com expedição imediata dos laudos. Os trabalhos são desenvolvidos em diversas salas do Fórum Henrique de La Roque.

O esforço concentrado realizado por juízes e servidores promete reduzir o acervo de processos DPVAT na comarca. “A parte autora do processo é submetida à perícia que está sendo realizada

pelos médicos no Salão do Júri, e após a confecção do laudo, participa da audiência com o documento em mãos”, informa o magistrado Adolfo Neto.

O laudo pericial é documento fundamental para a instrução processual em causas de Seguro DPVAT.

Com base nas informações técnicas e objetivas, o juiz tem condições para intermediar um acordo entre as partes, ou mesmo julgar a demanda durante a audiência.

Para o juiz José de Ribamar Serra, titular da 3ª Vara Cível, o mutirão é a demonstração do esforço que o Judiciário em Imperatriz desenvolve para garantir celeridade na resolução de uma demanda tão importante e significativa para a sociedade.

Judiciário em Cururupu leva Justiça Itinerante ao povoado Tapera de Baixo

O Poder Judiciário na Comarca de Cururupu realiza nesta quinta-feira (23), mais uma edição do Projeto Justiça Itinerante. A localidade beneficiada com o projeto vai ser o Povoado Tapera de Baixo, que fica a 25 quilômetros da cidade e possui cerca de 725 habitantes. O acesso ao povoado leva cerca de 1h30min em estrada de terra e de difícil trafegabilidade. O juiz titular Douglas Lima da Guia ressaltou que esta é a quinta edição do projeto Justiça Itinerante, que leva serviços judiciais e outros atendimentos às comunidades da zona rural da comarca de Cururupu. “A nossa expectativa é de que a ação contemple outros povoados localizados nas imediações de Tapera de Baixo, a exemplo de Bacabeira, Centro do Meio, Cocal, Mano Santo, Maracujatiua, Roça de Baixo, Rumo e Vinagreira, que juntos totalizam uma população de aproximadamente 2.500 pessoas”, explica o magistrado. A ação acontecerá na Unidade Escolar Monteiro Lobato.

Sargento Póvoas é sepultado com presença maciça de militares no Memorial da Pax União

PM foi baleado por assaltantes na noite de segunda-feira (20), no Maiobão, e morreu na madrugada de terça-feira

PÁG. 5 [C1]



Familiares e amigos prestam homenagem ao sargento Póvoas durante seu sepultamento no Memorial da Pax União

Sargento Póvoas é sepultado com presença maciça de militares no Memorial da Pax União

PM foi baleado por assaltantes na segunda-feira (20), no Maiobão, e morreu na terça-feira

NELSON MELO

Foi sepultado, no Cemitério Memorial da Pax União, no município de Paço do Lumiar, na tarde dessa quarta-feira (22), o 3º sargento Antonilson Póvoas Sousa, que tinha 45 anos. Ele não resistiu após ser baleado em tentativa de assalto contra seu veículo, fato ocorrido no Conjunto Maiobão, na região metropolitana de São Luís, na noite de segunda-feira (20). O policial foi enterrado em um clima de lamentação, tristeza e muita comoção, com presença maciça de companheiros de farda.

O caixão que levava o policial foi transportado no caminhão do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), em um cortejo que saiu do Maiobão, onde ocorreu o velório, e percorreu várias avenidas, até chegar ao Memorial da Pax União. Primeiramente, houve um momento de oração, que contou com a participação de familiares, amigos e muitos militares. Em seguida, as pessoas deram uma salva de palmas ao sargento, em sinal de respeito e reconhecimento pelo excelente trabalho na corporação.

Antes da colocação do caixão na sepultura, como acompanhou a reportagem do Jornal Pequeno, os militares entoaram o Hino da Polícia Militar do Maranhão, momento que emocionou as pessoas, sendo que alguns colegas de farda e parentes choraram.

No local, havia membros do Batalhão de Choque, do Batalhão Tiradentes, do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPRv), Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) e outras unidades da corporação. Estiveram presentes ao sepultamento diversos comandantes e autoridades, como o secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), delegado Jefferson Portela; coronel Marques Neto, comandante do Comando de Missões Especiais (CME); coronel Luongo, comandante geral da PMMA, e coronel Sá, comandante da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD). Todos eles lamentaram a perda e prestaram solidariedade à



Uma verdadeira multidão, entre familiares e amigos de farda, foi ao cemitério se despedir e prestar homenagens ao sargento Póvoas

família de Póvoas, que entrou na corporação no ano de 1992 e prestava serviços profissionais no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), mas era lotado no 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

A MORTE DO SARGENTO

Segundo o delegado Marcos Affonso Júnior, titular do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPP), o sargento passava pela Avenida 10 em seu carro Corsa Classic, por volta das 20h30 de segunda-feira (20), quando foi abordado por dois homens, que estavam a pé e o retiraram do carro, sendo que o PM trocou tiros com os suspeitos e foi alvejado na cabeça. Antes, ele ainda conseguiu baleiar um dos envolvidos, que foi levado à Unidade Mista de São José de Ribamar pelo próprio comparsa. A dupla fugiu em um veículo Corsa Sedan branco, de placa NND-8330, que foi roubado mais adiante e foi abandonado na entrada do Residencial

Pitangueiras, na cidade de São José de Ribamar, perto do Posto Maracajá, segundo o delegado. O militar foi levado ao Hospital Municipal Doutor Clementino Moura, mas, devido à gravidade do seu quadro de saúde, foi transferido ao Hospital do Servidor, onde faleceu por volta das 5h30 de terça-feira (21). Já o assaltante alvejado no abdômen, "Davizinho", foi retirado da Unidade Mista e levado ao Socorrão 2. Ele é morador da Rua 14, Quadra 12, do Iguaiá, município de Paço do Lumiar, mas residia no Cruzeiro do Anil, em São Luís.

MORTES DE MEMBROS DO GRUPO DE "DAVIZINHO"

Na madrugada dessa quarta-feira, morreu o segundo suspeito baleado em um confronto com policiais militares no Cruzeiro do Anil, em São Luís, na tarde de terça-feira. João Marcelo Santos Trindade, 20, como se chamava, era apontado pelo Grupo de Serviço Avançado (GSA) como

um dos membros do grupo de "Davizinho".

João Marcelo, conforme os militares do GSA, faleceu no Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorrão 2), na Cidade Operária, para onde foi levado após o confronto no Cruzeiro do Anil, dentro de uma casa na Travessa São José. Durante o tiroteio entre suspeitos e policiais, também morreu um rapaz de nome Erinaldo Trindade, 21, que era irmão de Marcelo e que também não resistiu no Socorrão 2.

O delegado Marcos Affonso Júnior disse que Davi foi ouvido no Socorrão 2 e que comentou que ele e o outro foragido, identificado como Gabriel, o "Neguinho", estavam no Maiobão para roubar carros, a fim de vingar a morte de Miercio Bruno De Sousa, 36, que, segundo o suspeito, integrava o Bonde dos 40 e teria sido executado a tiros por membros do Comando Vermelho (CV). Este assassinato aconteceu no domingo (19), no Novo Cohatrac, em Ribamar.

PRESOS SUSPEITOS DE DESVIAR R\$ 40 MILHÕES DO PAGAMENTO DE TRABALHADORES DA SAÚDE

Em operação realizada pela Polícia Civil do Maranhão e de São Paulo, quatro pessoas foram presas preventivamente, nesta quarta-feira (22), em Mogi das Cruzes (SP), por suspeita de envolvimento com o desvio de cerca de R\$ 40 milhões da Empresa Pública Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH).

PÁG. 12 [C1]

Presos suspeitos de desviar R\$ 40 milhões do pagamento de trabalhadores da saúde

Em operação realizada pela Polícia Civil do Maranhão e de São Paulo, quatro pessoas foram presas preventivamente, nessa quarta-feira (22), em Mogi das Cruzes (SP). Elas são suspeitas de envolvimento com o desvio de cerca de R\$ 40 milhões da Empresa Pública Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh). Luiz Fernando Giazzi Nassri, Carlos Guilherme Giazzi Nassri, Maria Renata Giazzi Nassri e Adriana Bassani Nassri tiveram

a prisão preventiva decretada e são apontados pela polícia como os verdadeiros responsáveis pelo Instituto Biosaúde, que foi contratado pela Emserh, no começo de 2017, para gerenciar a mão de obra lotada em unidades de saúde do Maranhão, mas teve o contrato rompido após o desvio de R\$ 40 milhões do pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários. Os presos já estão sendo transferidos para o Maranhão

e serão custodiados no sistema prisional maranhense, onde ficarão à disposição da 1ª Vara Criminal de São Luís. Eles responderão pelos crimes de organização criminosa, peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso. O caso foi denunciado no início deste ano pela Emserh quando as investigações foram iniciadas pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) com apoio

da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic). Durante esse período, foi descoberto que o Instituto Biosaúde estava registrado em nome de 'laranjas' e que as pessoas presas na operação dessa quarta-feira que seriam os responsáveis. Além do mandado de prisão preventiva e de busca e apreensão, também foi solicitado à Justiça o bloqueio de bens e contas bancárias das pessoas presas.